

Eaux et des Forêts e Centre de Coopération Internacional en Recherche Agronomique pour le Développement; Em Portugal e desde 1987 foi professor e regente de inúmeras cadeiras de licenciaturas, MBA e mestrados nos domínios da Estatística, Investigação Operacional, Econometria, Amostragem, Análise de Dados e Métodos de Previsão em várias universidades: Faculdade de Economia da Universidade do Porto, na qual foi director do Laboratório de Análise de Dados (1988-1992), Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Universidade Católica Portuguesa, Universidade Portucalense, na qualidade de professor catedrático convidado desde 1998, e no Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação da Universidade Nova de Lisboa, onde é, desde 2001, professor catedrático convidado;

Publicou vários trabalhos científicos em diversas revistas nacionais e estrangeiras, os quais incidem especialmente sobre a problemática da selecção de variáveis. É autor de duas publicações didácticas sobre Tópicos de Sondagem e Análise de Dados, publicadas, respectivamente, pela Sociedade Portuguesa de Estatística e pela Universidade Nova de Lisboa;

Foi presidente da Associação Portuguesa de Classificação e Análise de Dados, no período de 2000-2004;

Foi director regional do Norte do Instituto Nacional de Estatística no período de 1989-2001, associando-se ao processo de reestruturação do Sistema Estatístico Nacional;

Foi presidente do Instituto Nacional de Estatística e vice-presidente do Conselho Superior de Estatística no período de 2001-2003;

Desde 2003 é consultor no Instituto Nacional de Estatística.

Currículo profissional (resumido)

Identificação:

José Manuel Gaspar Martins;
Nascido em Coimbra, em 1960.

Actividade académica:

Licenciado em Engenharia do Ambiente pela Universidade de Aveiro, em 1983;
Doutorado em Ciências Aplicadas ao Ambiente, pela mesma Universidade, em 1999.

Actividade profissional:

Professor auxiliar no Departamento de Ambiente e Ordenamento da mesma Universidade;
Leccionação, nos anos mais recentes, nas áreas do desenvolvimento sustentável e da economia e gestão do ambiente;
Tem desenvolvido investigação, em particular na área da gestão ambiental;
Publicou mais de duas dezenas de artigos na área da economia e gestão do ambiente;
Coordenador do Colégio Regional de Engenharia do Ambiente na Região Centro da Ordem dos Engenheiros.

Currículo profissional (resumido)

Identificação:

Alfredo Manuel Pires Simões;
Nascido em Gouveia (Guarda) em 1954.

Actividade académica:

Licenciado em Finanças pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, em 1976;
Obteve o mestrado em Economia Europeia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, em 1993.

Actividade profissional:

Professor-adjunto da Escola Superior de Tecnologia do Instituto Politécnico de Viseu;
Leccionação nas áreas da economia do turismo e da economia portuguesa e europeia;
Colaborador do IERU (Instituto de Estudos Regionais e Urbanos) da Universidade de Coimbra;
Autor de diversos estudos e publicações sobre inovação e atratividade do território, cidades médias, impactes territoriais de grandes infra-estruturas e projectos de investimento (em particular na região de Viseu) e articulação entre o urbano e o rural;
Membro da Direcção do BIC (Business Innovation Center) de Viseu entre 1998 e 2002.

Currículo profissional (resumido)

Identificação:

Teresa Margarida Ferreira Mateus Pratas Jorge;
Nascida em Coimbra em 1970.

Actividade académica:

Licenciada em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, em 1993.

Actividade profissional:

Assistente de Investigação no Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra de 1993 a 1996;
Coordenadora do Gabinete de Relações Exteriores e do Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças da Comissão de Coordenação da Região Centro de 1996 a 1999;
Técnica superior da CCR/CCDR do Centro desde 1999;
Adjunta no Gabinete do Secretário de Estado do Ensino Superior de 1999 a 2001;
Chefe de gabinete do Ministro da Cultura de Agosto de 2001 a Abril de 2002.
Directora do Departamento de Promoção do Desenvolvimento Regional e Cooperação da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo de 2002 a 2004.

Despacho n.º 20 118/2005 (2.ª série). — Considerando, por um lado, que um vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte e dois vice-presidentes da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro apresentaram pedidos de exoneração dos respectivos cargos que actualmente exercem;

Considerando, por outro lado, que se afigura necessário imprimir uma nova orientação aos serviços da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte e da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, o que pressupõe proceder à exoneração também dos restantes vice-presidentes dessas comissões de coordenação e desenvolvimento regional que coadjuvavam os anteriores presidentes entretanto também exonerados;

Determina-se, ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 104/2003, de 23 de Maio, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 117/2004, de 18 de Maio, e pelo Decreto-Lei n.º 114/2005, de 13 de Julho, no n.º 1 do artigo 19.º e na subalínea iv) da alínea e) e na alínea i), ambas do n.º 1 do artigo 25.º, todos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, que sejam exonerados:

- 1) O licenciado em Engenharia António Jorge Guedes Marques do cargo de vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte;
- 2) O Prof. Doutor Carlos António Alves Bernardo, a seu pedido, do cargo de vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte;
- 3) O licenciado em Direito Manuel Moreira de Sampaio Pimentel Leitão do cargo de vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte;
- 4) O Doutor em Engenharia Agronómica José Carlos Dias Duarte Gonçalves do cargo de vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro;
- 5) O Prof. Doutor Artur da Rosa Pires, a seu pedido, do cargo de vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro;
- 6) O licenciado em Direito José Girão Pereira, a seu pedido, do cargo de vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro.

5 de Setembro de 2005. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

Despacho n.º 20 119/2005 (2.ª série). — Considerando que se afigura necessário imprimir uma nova orientação aos serviços da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo;

Considerando que, nesse contexto, importa proceder à exoneração dos vice-presidentes da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo que coadjuvavam o anterior presidente, entretanto também exonerado com o mesmo fundamento;

Determina-se, ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 104/2003, de 23 de Maio, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 117/2004, de 18 de Maio, e pelo Decreto-Lei n.º 114/2005, de 13 de Julho, no n.º 1 do artigo 19.º

e na subalínea *iv*) da alínea *e*) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, que sejam exonerados:

1 — O licenciado em Arquitectura Fernando António de Oliveira Travassos do cargo de vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo.

2 — O licenciado em Economia António Francisco da Costa Silva do cargo de vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo.

3 — O mestre em Gestão de Políticas Ambientais Nuno Joaquim Costa Cara de Anjo Lecoq do cargo de vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo.

4 — O presente despacho produz efeitos a partir de 6 de Setembro de 2005.

5 de Setembro de 2005. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

Instituto do Ambiente

Despacho n.º 20 120/2005 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto do Ambiente de 24 de Agosto de 2005, obtida a anuência do serviço de origem:

Duarte Nuno Mourão Salazar Branquinho, técnico profissional de 1.ª classe do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Urbano, escalão 2, índice 228 — autorizada a renovação da requisição para o Instituto do Ambiente, com idêntica categoria, pelo prazo de seis meses, renovável por igual período, salvo indicação expressa em contrário, nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, com efeitos a 1 de Setembro de 2005.

5 de Setembro de 2005. — A Directora de Serviços, por delegação do Presidente, *Ana Paula Rodrigues*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

ICEP Portugal, I. P.

Deliberação n.º 1265/2005. — Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, prevê, no seu artigo 2.º, n.º 4, conjugado com os artigos 20.º e 21.º, que o recrutamento dos titulares dos cargos de direcção intermédia é efectuado por escolha de entre funcionários dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo adequadas ao exercício das respectivas funções;

Considerando que a Dr.ª Mónica Rita da Piedade Henriques de Matos corresponde ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos e que a mesma detém as características especificamente adequadas ao exercício do cargo de coordenadora da Unidade de Finanças:

Determina-se o seguinte, ao abrigo das disposições conjugadas nos artigos 20.º e 21.º, n.º 3, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro:

1 — É nomeada coordenadora da Unidade de Finanças a Dr.ª Mónica Rita da Piedade Henriques de Matos.

2 — O presente despacho produz efeitos à data do despacho de nomeação. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

2 de Setembro de 2005. — O Presidente, *João Marques da Cruz*.

Curriculum vitae

Dados pessoais:

Nome completo — Mónica Rita da Piedade Henriques de Matos;
Data de nascimento — 22 de Dezembro de 1973;
Nacionalidade — portuguesa;
Estado civil — casada.

Habilitações académicas:

1995-1996 — curso de ensino superior especializado — licenciatura em Auditoria — ISCAL, com a média final de 14 valores;
1992-1995 — bacharelato em Contabilidade e Administração no Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa — ISCAL.

Experiência profissional:

Desde Junho de 1998 — técnica superior na Unidade de Finanças do ICEP Portugal, na área da contabilidade, tendo, designa-

damente, exercido funções na área da contabilidade das delegações no estrangeiro. Participação activa nos projectos de implementação do euro e do sistema ERP Oracle Financials, no ICEP e no IAPMEI;

De Dezembro de 1997 a Junho de 1998 — estágio de seis meses na área da contabilidade da Direcção Financeira e de Planeamento do ICEP — Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal, o qual incidiu na classificação, lançamento, conferência e informatização de documentos das delegações e da sede;

De Outubro de 1996 a Outubro de 1997 — quadro da empresa CIMARCONTA, L.ª, tendo exercido funções nas áreas de contabilidade geral e analítica, de serviços de pessoal e análise financeira;

De Setembro de 1995 a Setembro de 1996 — estágio na empresa CIMARCONTA — Contabilidade, Auditoria e Gestão de Empresas, L.ª

Outras informações:

Membro n.º 16387 da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas; Curso teórico-prático do POCP, ministrado pela Direcção-Geral do Orçamento;

Curso de informática pelo CITEFORMA — Excel; Aulas de inglês do Grupo Técnico Intermédio no ICEP — Portugal;

Bons conhecimentos de inglês falado e escrito;

Bons conhecimentos de ERP Oracle Financials;

Bons conhecimentos de informática na óptica do utilizador (MS Windows, MS Word, MS Excel).

Deliberação n.º 1266/2005. — Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, prevê, no seu artigo 2.º, n.º 4, conjugado com os artigos 20.º e 21.º, que o recrutamento dos titulares dos cargos de direcção intermédia é efectuado por escolha de entre funcionários dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo adequadas ao exercício das respectivas funções;

Considerando que a Dr.ª Maria João Silva Araújo Gagliardini Graça corresponde ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e os objectivos e que a mesma detém as características especificamente adequadas ao exercício do cargo de director-adjunto da Unidade de Captação de Procura Externa:

Determina-se, ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 20.º e 21.º, n.º 3, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, o seguinte:

1 — É nomeada directora-adjunta da Unidade de Captação de Procura Externa a Dr.ª Maria João Silva Araújo Gagliardini Graça.

2 — O presente despacho produz efeitos à data do despacho de nomeação.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

2 de Setembro de 2005. — O Presidente, *João Marques da Cruz*.

ANEXO

Nota biográfica

Maria João Silva Araújo Gagliardini Graça, nascida em 22 de Novembro de 1956, em Lisboa, solteira, residente em Lisboa, obteve o grau de *magister artium* em História Moderna, História Medieval e Filologia Românica (Espanhol) da Universidade de Colónia, República Federal da Alemanha, tendo apresentado a tese com o título «A França antártica. Tentativas de colonização francesa na América do Sul no século XVI».

Ao estudo na Alemanha, nas Universidades de Colónia e de Bona, precedera a frequência da Escola Alemã de Lisboa, concluída com a *Allgemeine Hochschulreife (Abitur)* e respectiva equivalência ao curso complementar dos liceus.

Ainda universitária, dedicou-se a trabalhos de tradução para as mais diversas entidades, de entre as quais reputados museus alemães e o Ministério da Educação Português. Trabalhou como *copy* do Gabinete de Imprensa da Embaixada do México em Bona, como assistente técnica de biblioteca do seminário de românicas da Universidade de Bona e como assistente científica da cátedra de História Moderna da Universidade de Trier, no âmbito dos trabalhos de investigação sobre «As relações científicas franco-alemãs durante o século XVIII».

Iniciou a sua colaboração com o Instituto do Comércio Externo de Portugal (ICEP) na RFA, tendo sido admitida como documentalista da Delegação de Düsseldorf.

Interrompeu a sua colaboração com o ICEP na sequência do curso ao lugar de director dos Serviços Sociais da Embaixada de Portugal em Bona (adido social).

Regressou a Portugal na sequência de um convite para integrar o quadro do ICEP na categoria de técnico superior. Desempenhou, então, funções nas mais variadas direcções do Instituto (assessoria